

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Apresentando o seu Programa, o Partido Comunista Português diz: «Este Programa é o vosso. O Partido Comunista Português é o vosso Partido». No Partido Comunista Português têm lugar aqueles que estejam prontos a lutar pela realização dos seus elevados ideais e aceitem os seus princípios orgânicos estabelecidos nos Estatutos do Partido».

(«Do Projecto de Programa do PCP»)

Reunião do Comité Central É posto à discussão de todo o Partido O PROJECTO DO NOVO PROGRAMA

Medidas para o reforço do Partido e para a intensificação das lutas de massas. Crítica severa aos desvios esquerdistas. A posição do PCP no movimento comunista internacional.

A reunião de Janeiro do Comité Central do Partido Comunista Português foi assinalada por um acontecimento de capital importância para a vida do Partido e para a luta da classe operária e das forças democráticas portuguesas: a aprovação pelo Comité Central do projecto do novo Programa do Partido.

O Comité Central considerara já em 1961 que desvios políticos tinham influenciado negativamente a elaboração do Programa aprovado em 1957 e em consequência resolveu elaborar um projecto de novo Programa. Um ante-projecto cuidadosamente elaborado pelo Comité Central e uma intervenção do camarada **Alvaro Cunhal**, secretário geral do Partido, serviram agora de base à discussão. O Projecto de Programa aprovado pelo Comité Central na reunião de Janeiro último é produto do trabalho colectivo do Comité Central e será imediatamente posto à discussão em todo o Partido.

O Comité Central, debateu também amplamente a situação política e as tarefas imediatas do Partido. O camarada **Alexandre Castanheira**, membro do C.C. apresentou um relatório sobre «As tarefas imediatas do Partido» na base do qual o CC procedeu a uma cuidadosa análise da actividade do Partido, examinando com particular atenção de forma crítica e auto-crítica a condução das lutas de massas no ano de 1964 e em especial o 1.º de Maio, e problemas da vida interna do Partido (direcção, quadros, situação conspirativa, etc.).

O CC tomou uma série de resoluções para o desenvolvimento da acção política do Partido, para o reforço da sua defesa contra a repressão, para o melhoramento do trabalho ideológico e em especial da sua imprensa, para a consolidação da sua organização, para o fortalecimento da unidade de pensamento e de acção de todo o Partido.

O CC criticou severamente os desvios esquerdistas que se manifestaram em diversas organizações do Partido e têm tido reflexos negativos em toda a actividade do Partido: substituição das lutas de massas e do trabalho de organização, pioria de métodos de defesa, associação incorrecta

do trabalho ilegal e legal, critérios errados de selecção de quadros. O CC resolveu intensificar a luta contra as tendências esquerdistas,

terroristas e aventureiristas, que causaram graves prejuizos ao Partido em 1964.

O CC insistiu na necessidade

Comunicado DO COMITÉ CENTRAL SOBRE O PROJECTO DO PROGRAMA DO PARTIDO

1.º — O objectivo do Programa do Partido Comunista Português é definir cientificamente, na base da doutrina de Marx, Engels e Lênine as tarefas do Partido na actual etapa histórica. Elaborando o Projecto de Programa e submetendo-o à apreciação e discussão de todo o Partido, o Comité Central cumpre a sua tarefa de propor ao Partido um tal programa.

O Projecto do Programa fundamenta-se numa análise da situação económica social e política existente actualmente em Portugal. Define o governo fascista como o governo dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro e dos latifundiários, mostra como a política do governo fascista é dirigida contra os interesses do proletariado (operários industriais, e assalariados rurais), do campesinato (pequenos e médios agricultores), da pequena burguesia urbana, sectores da média burguesia, dos intelectuais. Salienta, a exploração e a dominação dos povos das colónias portuguesas pelo colonialismo português e a exploração e a dominação do povo português pelo imperialismo estrangeiro. Caracteriza a luta nacional contra a ditadura fascista como uma luta anti-monopolista e anti-imperialista. E define a etapa actual da revolução como uma revolução democrática e nacional.

2 — Acabar com a tirania fascista, instaurar a liberdade política, liquidar o poder dos monopólios e latifundiários, realizar uma série de profundas reformas que beneficiarão a maioria esmagadora da população portuguesa — isso caracteriza a revolução como democrática.

Acabar com o domínio imperialista sobre Portugal e com o domínio colonialista de Portugal sobre outros povos, promover o desenvolvimento dos recursos nacionais, assegurar a soberania, a integridade territorial e a verdadeira independência do país, isso caracteriza a revolução como nacional.

O Projecto de Programa concretiza os objectivos da revolução democrática e nacional em 8 pontos fundamentais: Destruir o estado fascista e instaurar um regime democrático; liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha; elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; democratizar a instrução e a cultura; libertar Portugal do imperialismo; reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; e seguir uma política de paz e de amizade com todos os povos.

O Projecto de Programa, aprofunda, precisa, particulariza e sistematiza as reformas e medidas necessárias para atingir estes objectivos, sublinha que a revolução democrática e nacional terá de ser a realização conjunta de todos estes e afirma que essa realização depende decisivamente da unidade e da luta da classe operária e das massas trabalhadoras.

3 — O Projecto do Programa justifica a necessidade da união das classes e camadas não monopolistas numa vasta frente anti-fascista, cuja base fundamental é a unidade da classe operária (e o seu

(continua na 4.ª pág.)

de prosseguir a linha de luta de massas do Partido e elaborou as linhas gerais da actuação imediata em relação às lutas reivindicativas económicas e às lutas políticas ao 1.º de Maio de 1965, aos Sindicatos Nacionais, às «eleições» fascistas de 1965.

O CC abordou alguns problemas particulares da luta contra a guerra colonial, precisando a orientação do Partido quanto às deserções de soldados e oficiais, que se deve estimular, e a outras formas de resistência.

O CC estudou atentamente os progressos da FPLN e as perspectivas gerais da unidade anti-fascista, aprovando a actuação da delegação do PCP na III.ª Conferência da FPLN, cujas resoluções reforçaram a unidade da FPLN e abrem possibilidades para novos sucessos.

O CC debateu amplamente a situação existente no movimento comunista internacional, sobre o qual foi apresentado um relatório pelo camarada **Sérgio Vilarigues**, membro do Secretariado do CC. Foi aprovada uma resolução que é novo testemunho da contribuição do PCP para a defesa da unidade do movimento comunista internacional na base dos princípios do marxismo-leninismo.

Finalmente o CC procedeu à remodelação do Secretariado do CC que ficou tendo a seguinte composição: **Alvaro Cunhal**, secretário geral do Partido, **Manuel Rodrigues da Silva** e **Sérgio Vilarigues**.

Ler na página 7

«Em defesa da unidade do movimento comunista internacional»

Relatório de S. Vilarigues

Na 3.ª página

«Tarefas imediatas do Partido»

Relatório de A. Castanheira



EM DEFESA DA UNIDADE do movimento comunista internacional

RELATÓRIO DE SÉRGIO VILARIGUES

«A continuação das divergências surgidas há anos no seio do movimento comunista internacional tem sido um factor altamente negativo no desenvolvimento da luta da classe operária e das massas trabalhadoras pelas suas reivindicações de carácter económico, pela paz, a democracia, o socialismo. Ao mesmo tempo prejudicou grandemente o desenvolvimento das lutas nacionais libertadoras dos povos que se encontram ainda sob o jugo do imperialismo e do colonialismo, assim como a consolidação da independência daqueles países que a ela ascenderam recentemente».

Assim se inicia o relatório apresentado pelo camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado do CC que desde logo aponta o caminho para vencer as actuais dificuldades:

«Esta realidade impõe a todos os Partidos Comunistas e Operários a obrigação de procurar solucionar as suas divergências».

A conferência: caminho para a unidade e coesão

O camarada Vilarigues historia em seguida as posições tomadas desde Janeiro de 1963 pelo Comité Central do PCP no sentido de conversações pacíficas e fraternais entre partidos irmãos e da preparação duma Conferência de todos os Partidos Comunistas e Operários, salientando e criticando os diversos obstáculos que alguns partidos irmãos tem levantado contra a sua realização. Aliás, bastariam os novos problemas surgidos nestes últimos 4 anos, para justificar amplamente «uma análise colectiva e uma definição comum sobre eles».

Que os imperialistas esfreguem as mãos de contentes em face das graves divergências surgidas no movimento comunista não é para espantar, mas já seria para espantar que os Partidos Comunistas e Operários não fizessem tudo para pôr termo às divergências e para impedir a todo o custo a cisão». A realização da Conferência é o melhor meio para impedir essa cisão».

«A Conferência que se prepara, como é sabido, não tem em vista impor seja o que for a qualquer partido, antes tem por objectivo analisar num espírito fraternal os problemas da actualidade e encontrar soluções para eles na base do marxismo-leninismo e da linha geral estabelecida pelas conferências de 1957 e de 1960».

Naturalmente que, se um Partido, seja ele qual for, apesar dos esforços de todos os outros para o convencer a colaborar, se recusa a participar na Conferência, poderá ter o direito a fazê-lo mas já não nos parece que tenha o direito de pretender impedir a sua realização a pretexto de não existir unanimidade». «Entretanto, todo o trabalho preparatório da Conferência deverá consistir em aproximar os pontos de vista dos vários partidos e levantar com

espírito construtivo tudo o que há de comum a uni-los. A coesão do movimento comunista internacional e a unidade do campo socialista, são condição indispensável para reforçar e ampliar a frente mundial contra o imperialismo. Nesse sentido o nosso Partido esteve de acordo com o adiamento da reunião da Comissão Preparatória para Março de 1965».

Lutar contra a cisão

Destacando a importância da unidade da classe operária, o camarada Vilarigues salienta que a história «demonstra que o movimento operário tende a unir-se e que os comunistas e os operários mais conscientes tem lutado sempre pela unidade da classe operária, tanto na escala nacional como na internacional».

«Apenas a burguesia está interessada na divisão do movimento comunista e operário e, por isso, lança mão de tudo, não recua ante nada, para travar e impedir que o proletariado se una, para impedir que a tendência dos operários para se unirem se desenvolva e concretize».

Para o Partido Comunista Português o problema da existência de um único Partido na Austrália, na Bélgica, no Brasil, no Japão, e noutros países «está clara como a água mais límpida».

«O nosso Partido não dará acolhimento a qualquer declaração nem aceitará conversas políticas com elementos que tenham sido expulso dos seus Partidos por se terem recusado a cumprir as decisões dos organismos superiores dos mesmos, ainda que, na nossa opinião, fivessem razão».

O camarada Sérgio Vilarigues salientou que «o PCP se guia em todo o seu trabalho» pela tese da declaração de Moscovo de 1957 que condena a acção de grupos que minem a unidade dos Partidos Comunistas.

Seguidamente apreciou a actividade cisionista que se verifica no movimento comunista internacional e a sua expressão na vida nacional e afirmou:

«No Partido há lugar para divergências sobre este ou aquele ponto de orientação, mas não há lugar para várias linhas e orientações e muito menos há lugar para grupos que minem a sua coesão, seja sobre que pretexto for».

E referindo-se ao regime de favor que o fascismo costuma reservar para os grupos anti-partido, concluiu este ponto do seu relatório dizendo: «À camarilha fascista de Salazar e à sua polícia só interessa combater e destruir quem conduza uma acção consequente para pôr fim ao seu reinado de terror, de exploração e opressão. Os factos diários aí estão a mostrar contra quem é atraiado o peso principal da repressão e quem são os homens, as mulheres e os jovens que mais sofrem as consequências. Não poucos dirigentes do Partido se encontram nas masmorras salazaristas, depois de terem sofrido as

maiores torturas, inteiramente identificados com o seu Partido, combatentes inflexíveis pela unidade das fileiras do Partido».

A política de coexistência pacífica imperativo da época actual

O camarada Vilarigues destaca que a orientação quanto à questão da paz prosseguida pelo Partido Comunista Português segue os princípios de Lênine e se mantém fiel às declarações das Conferências de 1957 e 1960. «Ou a coexistência pacífica entre estados com regimes diferentes, ou uma guerra destruidora, tal é a questão que se coloca hoje».

«A coexistência pacífica, não nega a luta de classes», facilita-a. Os povos oprimidos não só têm o direito a conquistar a sua independência, como isso é uma necessidade, quer a luta por ela comporte ou não uma cruenta guerra de libertação nacional.

Assim, «o Partido Comunista Português tem-se pronunciado pelo direito dos povos das colónias portuguesas pegarem em armas contra os seus opressores. Mais do que isso: tem apoiado e tem sido solidário com a luta armada dos povos de Angola, Guiné e Moçambique».

E mais adiante, acrescenta ainda: «A coexistência pacífica é uma forma superior de luta de classes numa ampla escala, imposta ao imperialismo e não desejada por ele».

É nestas condições «que nós encaramos a possibilidade real de nos dias de hoje se poder impedir os imperialistas de mergulhar o mundo numa nova guerra, que não poderia ser outra senão uma guerra termo-nuclear destruidora».

O camarada Vilarigues desenvolve depois a análise dos últimos êxitos obtidos graças à firme política de paz da União Soviética, principal bastião do socialismo e da paz mundial e dos outros países socialistas, às lutas da classe operária internacional, do movimento nacional libertador e de todos os povos amantes da paz, contra os planos belicistas do imperialismo, tendo à sua cabeça os imperialistas norte-americanos. E conclui:

«Uma das tarefas mais importantes que se colocam aos Partidos Comunistas e Operários, é a de unirem os seus esforços para imprimirem à luta em defesa da paz maior vigor e amplitude. Esta é uma nova e forte razão que não justifica apenas a realização a curto prazo da Conferência internacional dos Partidos Comunistas e Operários, mas que a impõe como uma necessidade premente».

Eclarecimento político e acção prática

O camarada Vilarigues aprecia depois algumas questões ideológicas relativas umas à ditadura do proletariado (na revolução socia-

DA RESOLUÇÃO do Comité Central

A unidade do movimento comunista internacional e do campo socialista é factor de decisiva importância para o desenvolvimento do processo revolucionário mundial.

O caminho da unidade: discussão fraternal, acordos para a acção prática, respeito pelas normas de relações entre os partidos irmãos.

O PCP é pela Conferência dos Partidos Comunistas e Operários com o objectivo de manter e reforçar a unidade.

É necessário cessar a polémica pública.

O fomento de actividades cisionistas é incompatível com os princípios da igualdade, da independência e da soberania dos partidos comunistas e operários.

Valorizar o que une os partidos irmãos. Tudo fazer em defesa da unidade.

(A Resolução será integralmente publicada no «Militante»).

lista o proletariado tem sempre a necessidade de tomar, sob esta ou aquela forma, o poder político e de instituir a ditadura do proletariado) e outras ao Estado de todo o povo, como o da União Soviética que, «depois de ter construído o socialismo, começou a construir a base material e técnica da sociedade comunista».

E adiante, afirma:

«Porém, não podemos nem devemos perder de vista o fundamental em relação ao nosso próprio país, ou seja, as tarefas que se colocam ao Partido no terreno nacional, em relação estreita com a situação que se criou no movimento comunista internacional».

«Será por um intenso trabalho de esclarecimento político e de organização ligado sempre à acção prática, que se derrotarão tanto as tendências sectárias de esquerda como os desvios oportunistas de direita», que se defenderá a unidade do Partido e a sua linha política, que os militantes serão ganhos para «uma acção entusiasta», para a luta de massas.

«Será pela convergência de todas estas lutas de massas que a união de tudo o que Portugal tem de são e progressivo será uma realidade palpável suficientemente forte e ampla para conduzir o povo português ao levantamento nacional contra a ditadura fascista».

«É entre as massas trabalhadoras e em primeiro lugar entre a classe operária que todos os comunistas devem mergulhar profundamente porque é de lá que nos vem a força que nos firma bem na terra e que move montanhas, é de lá que nos vem toda a riqueza revolucionária, a força de vontade, a confiança e a energia sempre renovadas para o trabalho e a acção revolucionárias pela democracia, a paz, o progresso social, o socialismo e o comunismo».



TAREFAS IMEDIATAS DO PARTIDO

Relatório de Alexandre Castanheira

O relatório apresentado pelo camarada Alexandre Castanheira à reunião de Janeiro do Comité Central, examina os principais problemas que se colocam ao Partido neste momento e indica medidas para consolidar e alargar a sua actividade política, aproveitando as condições favoráveis existentes em Portugal para o desenvolvimento das grandes lutas de massas.

«Amado por muitos, respeitado por quase todos, o PCP ergue-se na Pátria espezinhada como um grande Partido nacional, — assinala o relatório na sua introdução —. Graçou esse amor e esse respeito pela ardorosa firmeza com que tem guiado as vastas massas trabalhadoras na conquista das condições recusadas e negadas pelo fascismo, com que tem unido as mais diversas correntes da opinião anti-fascista à volta duma plataforma da unidade política, que busca fundamentalmente a destruição do Estado fascista e a instauração duma democracia em Portugal».

Debater os problemas que entravam o progresso da acção do Partido ao nível exigido pela actual situação política — é o objectivo afirmado pelo relatório.

Consolidar e melhorar a actividade do Partido

O relatório trata nos seus primeiros capítulos, problemas de Direcção, quadros e organização e refere-se às dificuldades criadas no trabalho de Direcção do Partido atingida pela repressão, em especial após o duro golpe de Dezembro de 1961.

Depois de analisar as medidas tomadas pelo CC para fazer face à situação, o relatório assinala:

«A imperiosa necessidade de defender os camaradas dirigentes obriga estes a espaçar o controle dos organismos de Direcção e obriga portanto os camaradas daqueles organismos a se sentirem, ainda mais que no passado, verdadeiramente responsáveis por toda a Direcção regional do Partido». O relatório salienta a necessidade de desenvolver o sentido de responsabilidade dos quadros na defesa da actividade do Partido. «Responsabilidade e audácia devem ser aliadas à compreensão política resultante da apreensão completa da linha política do Partido e à sua orientação geral, ao estudo da situação económica, social, cultural e política de cada sector, ao aprofundamento científico dos problemas concretos do proletariado e do povo de cada região».

«Ao mesmo tempo que se impõe fazer compreender o grau de responsabilidade de cada quadro — é preciso lutar contra o igualitarismo anárquico, contra um desmedido criticismo para com tudo o que vem da Direcção, contra a falta de modéstia dos quadros responsáveis e contra todo e qualquer sintoma de autoritarismo do topo para a base. Estas deficiências e falsas concepções tem aparecido num e noutro organismo de direcção regional,

num ou noutro quadro desses organismos, fruto da inexperiência ou de influência pequeno-burguesa ou do pouco trabalho crítico e auto-crítico nas reuniões».

O camarada Castanheira aninha em seguida o papel dos quadros do Partido e os problemas referentes a uma justa política de quadros nas actuais condições, apontando deficiências verificadas no bom conhecimento e apreciação dos quadros, assim como deficiências no recrutamento para organismos intermédios. «A ofensiva policial tem-nos dificultado o recrutamento nos principais sectores operários, onde se encontram normalmente os melhores quadros intermédios, os homens e mulheres mais dispostos a servir o Partido em condições legais, os quadros prestigiados, escutados e suficientemente defendidos para poderem estabelecer as ligações entre o funcionário e o organismo de quadros legais».

«É certo e sabido que muitos dos problemas atrás citados derivam de problemas de organização. Um cuidadoso trabalho da defesa, a análise atenta da situação conspirativa de cada militante, o estudo de medidas de controle indirecto que compensem as restrições ao controle directo, a estruturação da organização, a estabilidade orgânica, a correcta composição dos organismos — são algumas das medidas apresentadas para a melhoria do trabalho da organização do Partido.

Problemas políticos

Depois de analisar largamente os problemas referentes à organização dos jovens, das mulheres e dos militares, o relatório passa aos problemas políticos.

«Continua a crescer o descontentamento e a revolta do povo português. Uma das causas vem cada vez mais visivelmente da situação económica dos trabalhadores e das outras classes não monopolistas. «Tudo o que foi dito e revelado pelo relatório do camarada Álvaro Cunhal (Abril de 1964) no aspecto económico tem sido comprovado e agravado desde então». Apontando alguns dos aspectos principais da situação política, o relatório apresenta em seguida dados recentes sobre a intensificação da invasão de capitais estrangeiros, aceleração da concentração industrial e agrícola e a intensificação simultânea da exploração dos trabalhadores portugueses.

Citando dados oficiais sobre os salários, o relatório põe em relevo a violenta exploração que eles representam, agravada pelas grandes diferenças de região para região e entre os salários dos homens e das mulheres. Apresenta numerosos aspectos da intensificação da exploração através de multas e castigos, trabalho «advencio», cursos de produtividade, etc. com que se escondem novos métodos para extrair dos trabalhadores um rendimento

maior a troco dum salário menor». «Explorados bárbaramente, os trabalhadores vêem ainda os seus salários a diminuir frente ao incessante aumento do custo de vida».

Para fazerem frente a esta situação, as lutas surgem por toda a parte, muitas dirigidas pelo PC, muitas espontâneas e, dando um total desmentido aos que afirmam que os trabalhadores não pensam em lutas reivindicativas.

Lutas de massas

No contexto geral das lutas de massas registadas no ano de 1964, o relatório dá especial relevo às que directa ou indirectamente estiveram ligadas à grande jornada do 1.º de Maio.

O 1.º de Maio de 1964 — assinala o relatório — não fica na história do movimento operário português só pelo que foi feito nesse dia. O 1.º de Maio começou com as agitações de massas a partir de Março, com uma série de lutas, com as comemorações do Dia do Estudante e com a greve dos pescadores. A jornada do 1.º de Maio perdura para além do dia 1 de Maio em novas lutas que, de tudo o que se passou à volta desta comemoração operária, sofreram novos impulsos». Das lutas que assinalaram este 1.º de Maio, além da manifestação de 10.000 pessoas em Lisboa, — que foi noticiada pelas agências internacionais como um dos mais importantes acontecimentos do 1.º de Maio em todo o mundo — o relatório assinala ainda: a greve geral em Silves, Alpiarça, Estoi, Bordeira, Gafanha da Nazaré, São Cristóvão, quase geral em Olhão (com uma concentração de mais de 1.000 pessoas na avenida principal), Loulé e Amaral. Foram notadas numerosas faltas ao trabalho em Ermidas, Grândola, Torres Novas, Pero Pinheiro, Vila Franca, etc. assim como em pequenas empresas do Porto e doutros pontos do país.

Dentre as dezenas de lutas de 1964 descritas no relatório citamos ainda, entre as principais:

Lutas dos operários da CUF (Barreiro), Vaz Guedes e Parque Aeronáutico (Alverca), Cavan, Santa Iria, Jacinto Ramos (Matosinhos), Siderurgia Nacional, Soda Póvoa, Trefilaria, Sapem, Têxteis da Covilhã e corticeiros da margem Sul.

Greve vitoriosa dos pescadores do Algarve, manifestações de solidariedade da população aos grevistas, lutas dos pescadores de Matosinhos e dos conserveiros de Portimão.

Paralisação dos tipógrafos do Diário Popular e Diário de Notícias, dos operários da fábrica do cobre no Porto e da EFACEC.

Greve dos assalariados agrícolas da Vermiosa, Almeida, Malpartida, Alpiarça, lutas pelas 8 horas no Ribatejo, por aumento de salário nas tiradas de cortiça e nas ceifas.

Lutas vitoriosas dos descarregadores das Gafanhas, da EDA de Aveiro, dos descarregadores do porto de Lisboa por um novo

contrato colectivo. Luta sindical em Aljustrel, Alcanena, dos electricistas de Lisboa, dos bancários e dos empregados de seguros.

Protestos dos agricultores e resistência vitoriosa à expulsão dos rendeiros do Quarteiral e dos fofeiros de Almada, Abriada e Toiço (Benavente).

Lutas de soldados nos quartéis de Mafra, Sacavém, Beja, Elvas, etc..

E finalmente, as grandes lutas dos estudantes no início deste ano escolar, que culminaram com a manifestação do dia 1.º de Dezembro, em Lisboa.

Problemas de unidade política

Depois de referir as condições internacionais favoráveis em que se trava a luta do povo português, o relatório dá grande relevo aos problemas derivados da guerra colonial e as suas consequências para o povo português e sublinha que quase todos os agrupamentos democráticos se tem vindo a aproximar do Partido Comunista, que defende intransigentemente o direito dos povos coloniais à auto-determinação e à independência.

Depois de examinar as tendências que prejudicam os progressos da unidade, o relatório diz:

«A III.ª Conferência da FPLN ao somar dificuldades que tinham aparecido na direcção da Frente, anulou e ultrapassou tentativas de fazer da unidade campo de manobras e ambições pessoais. O general Delgado não foi eleito pela III.ª Conferência para a JRP. Sem o general a FPLN ficou mais forte. Voltada para a acção, a Frente garante esforçar-se por «desenvolver» as mais diversas formas de cooperação com as forças anti-fascistas e com os democratas nela não integrados». Estes dois princípios abrem à unidade novas perspectivas, que de resto já começam a realizar-se no interior do país. Numerosos factos mostraram e mostram que a unidade da cooperação são possíveis e necessárias e os resultados positivos.

Problemas ideológicos

«O Partido tem vivido ultimamente grandes debates. No seu seio se discutiu seriamente o desvio esquerdista por ocasião da jornada do 1.º de Maio, se discute o projecto de Estatutos, e particularmente, os problemas levantados na prática pela obediência aos princípios do centralismo democrático e da disciplina do Partido, o apetrechamento ideológico de todo o Partido no combate às actividades cisionistas e provocatórias de alguns indivíduos. Este capítulo profunda a análise dos erros esquerdistas que se evidenciaram particularmente na preparação do 1.º de Maio.

«Um nível político e ideológico baixo faz com que alguns organismos de direcção teóricamente combatessem o esquerdismo e na prática estivessem a advogar uma táctica esquerdista para o 1.º de

(continua na 4.ª pág.)



Comunicado do Comité Central sobre o Projecto do Programa

(continuação da 1.ª pág.)

aspecto particular da unidade do proletariado industrial e do proletariado rural) e a aliança da classe operária com o campesinato, salientando ao mesmo tempo a importância do papel da pequena burguesia urbana, e, fora do quadro das forças sociais portuguesas, da aliança com os povos das colónias portuguesas. Indicando que a unidade das forças anti-fascistas, das forças democráticas e patrióticas constitui uma das tarefas centrais do Partido do proletariado, o Projecto de Programa salienta que só o proletariado guiado pelo Partido Comunista, está em condições de promover a união de todas as classes e camadas anti-monopolistas para lhes dar um espírito organizador e um impulso revolucionário, de as conduzir à vitória contra a ditadura e de lutar consequentemente até ao fim por todos os objectivos fundamentais da revolução democrática e nacional.

O Projecto do Programa indica que nas condições actualmente existentes em Portugal, a perspectiva para derrubar a ditadura fascista é o levantamento nacional e a insurreição popular armada, define as condições essenciais em que esta pode ter lugar, e indica as tarefas fundamentais do Partido para conduzir a classe operária e as massas populares à vitória. O Projecto do Programa insiste em que só a luta popular de massas pode conduzir a uma insurreição popular vitoriosa. O papel das lutas populares de massas e da organização, a utilização das diversas formas de luta, e a sua apreciação e importância relativa são tratadas com relevo.

4—O Projecto do Programa indica que derrubando o governo fascista o primeiro e fundamental passo da revolução democrática e nacional é levar ao poder um Governo Provisório cuja tarefa essencial é a instauração das liberdades democráticas e a realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte. O Projecto de Programa define a necessidade e as condições da participação do Partido Comunista no Governo Provisório e desenvolve as medidas imediatas e urgentes que este tem a tomar para consolidar a vitória e poder realizar eleições livres.

5—O Projecto de Programa salienta que a Revolução Democrática e Nacional não esgota o processo revolucionário e que, para o Partido Comunista Português, vanguarda do proletariado e partido marxista-leninista, a luta pela revolução democrática e nacional é parte constitutiva da luta pelo socialismo. Apresenta os traços gerais fundamentais da revolução socialista e da construção da sociedade socialista e mostra ser indispensável, para a passagem do capitalismo ao socialismo, a instauração da ditadura do proletariado que pode assumir formas e particularidades mais diversas. Abordando o problema da revolução socialista em Portugal, afirma que derrubada a ditadura fascista, a realização da revolução democrática nacional criará condições favoráveis para a conquista do poder pelo proletariado sem necessidade de uma nova insurreição mostrando que em definitivo a via a seguir será determinada pelas condições existentes.

6—Depois de sublinhar as características fundamentais da sociedade comunista e as experiências e exemplos da revolução de Outubro, da U.R.S.S. e do campo socialista o Projecto de Programa, numa parte final, sintetiza os princípios orgânicos do Partido Comunista Português, refere o seu papel e a sua luta, sublinha que o Partido é um destacamento do movimento comunista internacional no qual todos os partidos são independentes, iguais e soberanos, e apela para que a classe operária, todos os trabalhadores, os intelectuais, a juventude, façam do Programa do Partido o seu próprio Programa e lutem pela sua realização.

7—O Comité Central submete à discussão de todo o Partido o Projecto de Programa. O Projecto de Programa apresenta a perspectiva revolucionária da luta quotidiana do Partido e das classes trabalhadoras e a sua discussão deve ser ligada à discussão das tarefas imediatas do Partido. A discussão do Projecto de Programa contribuirá para o reforço da unidade ideológica e política de todo o Partido, para a unidade e acção de todas as organizações e militantes para a aplicação justa da linha política e tática do Partido.

Elaborado na base dos princípios do marxismo-leninismo, o Projecto de Programa é um valioso instrumento na luta contra todos os desvios. A sua discussão em todo o Partido será uma importante contribuição, não só para combater e derrotar quaisquer manifestações oportunistas de direita, como para combater e derrotar as tendências sectárias, esquerdistas e anarquistas do radicalismo pequeno-burguês que constituem presentemente o perigo principal. Discutido e aprovado o Projecto de Programa do Partido Comunista Português, será um documento básico de importância decisiva para toda a actividade do Partido e para a luta da classe operária, das massas trabalhadoras e do povo em geral. Ele será o guia da luta para o derrubamento do fascismo e para a realização da revolução democrática e nacional.

Sob a bandeira do Partido Comunista Português, guiadas e inspiradas pelo seu Programa, a classe operária e as massas trabalhadoras lutarão e avançarão para a conquista da liberdade, da democracia, da independência nacional, da paz, do socialismo.

O Comité Central
do Partido Comunista Português

«O Programa do Partido Comunista Português para a revolução democrática e nacional consta de oito pontos ou objectivos fundamentais:

- 1.º Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático;
- 2.º Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral;
- 3.º Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha;
- 4.º Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral;
- 5.º Democratizar a instrução e a cultura;
- 6.º Libertar Portugal do imperialismo;
- 7.º Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência;
- 8.º Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

A não realização de qualquer destes objectivos comprometeria a realização dos restantes. A revolução democrática e nacional terá de ser a realização conjunta de todos eles.

Depende decisivamente da unidade e da luta da classe operária e das massas trabalhadoras que estes objectivos sejam integralmente realizados.

(Do Projecto de Programa
do Partido Comunista Português)

OS ESTUDANTES DE LISBOA CONTRA A REPRESSÃO

Os valentes estudantes de Lisboa apesar de duramente atingidos pela repressão fascista continuam a dar provas da mais aguerrida combatividade. As grandiosas manifestações junto do Tribunal da Boa Hora e nas ruas da Baixa, que culminaram com a libertação do seu colega Saldanha Sanchez, constituíram uma importante vitória contra a repressão.

TAREFAS IMEDIATAS DO PARTIDO

(continuação da 3.ª pág.)

Maio». E mais adiante assinala-se: «Muitos já compreenderam outros ainda compreenderão o combate que temos travado contra o desvio esquerdista este ano surgido e contra o desvio oportunista ainda por muitos revelado também». «O bom senso político das massas foi predominante». «As massas seguiram o Partido, apareceram a manifestar-se e não foram em aventuras». «A manifestação de Lisboa foi uma grande manifestação e teve ainda o condão de dar uma lição nos aventureiros políticos, de justificar, numa profunda lição, a tática adoptada pelo Comité Central, de derrotar o desvio esquerdista surgido e ao mesmo tempo as concepções propagadas pelo radicalismo pequeno burguês».

* * *

Concluindo o camarada Castanheira afirmou: «Expusemos alguns dos principais problemas que existem actualmente no trabalho do Partido. Todos eles, sendo importantes e obrigando a procurar soluções e a tomar resoluções importantes, só são possíveis num Partido organizado, estruturado à escala nacional, com uma Direcção consciente das suas responsabilidades, e uma massa de militantes dedicados, organizados e lutadores. O Partido Comunista Português é esse Partido. O Partido Comunista continuará a guiar a classe operária e as massas populares para a vitória da Revolução Democrática e Nacional.

No chamado dia da Universidade, invenção do reitor polícia Paulo Cunha, eles voltaram de novo a manifestar-se contra a vaga repressiva desencadeada pela PIDE contra os estudantes. As acções levadas a cabo na Universidade e a grandiosa manifestação realizada em frente ao Aljube e nas ruas da Baixa em direcção ao Ministério do Interior, deixaram bem claro que a repressão não vencerá a juventude.

Nova manifestação estudantil

A resposta às explicações com que o senhor Ministro do Interior veio a público, deram-na os estudantes com outra grande manifestação junto da Boa Hora quando mais um grupo de colegas seus estava a ser julgado. Também desta vez a luta dos estudantes contra a repressão obrigou os juizes polícias e a PIDE a recuar.

A orientação do Partido aplicada na prática

A luta dos estudantes, como a luta dos operários da CUF que continuam decididos a alcançar as suas reivindicações; o descontentamento crescente da classe piscatória que se traduziu há pouco pela vitória dos pescadores de Sesimbra; a luta pela revisão dos contratos colectivos que abrange cada vez maior número de trabalhadores; as concentrações e protestos de muitos milhares de vinicultores contra a taxa de 40 centavos em litro de vinho e muitas outras acções e lutas do povo português, são a melhor confirmação da justeza da linha política do Partido Comunista, tão claramente expressa no seu Projecto de Programa agora aprovado pelo Comité Central.

As acções de massas que tiveram lugar já este ano, as que estão em curso ou fermentando, nas quais poderá de novo vir a destacar-se o 1.º de Maio, trazem para a classe operária e para o povo português, as melhores perspectivas neste ano de 1965.